

## **Nemésio de Emesa: O homem é um microcosmo**

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.  
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em  
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato  
Grosso.

### *Introdução*

De Nemésio nada sabemos além do fato de ter sido Bispo. A obra a ele atribuída, *De Natura Hominis*, exerceu significativa influência durante a escolástica, pois todos a tinham como de autoria de São Gregório de Nissa. Na verdade, em muitos pontos a obra possui concepções análogas às do pensamento do grande doutor niceno. Contudo, em outros tantos aspectos, afasta-se da doutrina de São Gregório. Notável é a preocupação do Bispo de Emesa com a exatidão dos conceitos. O seu modo de acolher ou de rejeitar a doutrina dos antigos revela-nos alguém com grande conhecimento dos autores profanos.

Neste artigo, versaremos sobre a antropologia e a psicologia de Nemésio. Acerca da sua antropologia, tentaremos entender a sua concepção do homem como um microcosmo, elo entre o mundo sensível e o espiritual. Em seguida, esmeraremos por compreender a sua definição da essência humana: um intelecto que se une a um corpo material, sem se misturar a ele. Depois passaremos a falar sobre como Nemésio entende as faculdades da alma: a imaginação, o imaginável, os fantasmas e a reminiscência. Esforçar-nos-emos por tornar patente a divisão que o Bispo de Emesa introduz na alma. Na sua concepção, a alma possui uma parte irracional que obedece à razão e uma irracional que não se submete à razão. A irracional que obedece à razão se subdivide, por sua vez, em apetitiva, sede dos prazeres, que podem ser sensíveis ou espirituais, e irascível. Aos prazeres da alma, Nemésio chama alegrias. Veremos que ele adota a mesma divisão de Epicuro para classificar os prazeres como: *naturais e necessários*, *naturais e não necessários* e *nem naturais, nem necessários*. As paixões irascíveis são as mais animais. As paixões da parte irracional que não obedece à razão são as funções geradoras e vitais.

A seguir, falaremos do que concerne às ações humanas, que Nemésio divide em ações involuntárias, que são aquelas que procedem da ignorância ou da coerção, ações voluntárias, que são aquelas cujo princípio é o próprio sujeito, e as ações “não-voluntárias”, que são as nutritivas. O nosso filósofo ainda se debruça sobre a estrutura do ato humano, que é constituído pela deliberação (escolha dos meios para se alcançar um fim), o juízo, e a escolha propriamente dita (escolha do fim). Verificaremos que, se a escolha do fim é determinada, pois todos os homens querem ser felizes, a escolha dos meios não é, pois podemos escolher – conforme nos inclinamos aos bens sensíveis ou aos espirituais –, os meios que julgarmos adequados para alcançar este fim. Veremos que, em Nemésio, possuímos livre-arbítrio pelo fato de sermos livres para escolhermos, conforme nos aprouver, os meios conducentes ao fim. Atestaremos, enfim, que é ainda em virtude da livre deliberação acerca dos meios que nos tornamos responsáveis por nossos atos.

Passemos a considerar os pontos preponderantes da antropologia do nosso autor.

### *1. A antropologia*

Em Nemésio, o homem é um microcosmo, um universo reduzido.<sup>1</sup> Por sua alma, está unido ao mundo dos espíritos; por seu corpo, ao mundo sensível. Sendo assim, o homem apresenta-se como o laço de união entre estes dois mundos.<sup>2</sup> De fato, percebemos no mundo uma hierarquia de perfeições: os minerais existem, as plantas existem e vivem, os animais existem, vivem e sentem, e o homem, enquanto microcosmo, contém todas estas perfeições do universo em sua alma racional. De resto, esta ordem harmoniosa que existe no mundo é, para Nemésio, uma prova irrefutável da existência de Deus.<sup>3</sup>

Agora bem, a própria posição intermediária do homem no cosmo define a sua sorte: se abraçar os bens espirituais, unir-se-á a Deus; todavia, se der mais valor aos bens sensíveis,

---

<sup>1</sup> GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. Rev. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 74: “Ele (o homem) é um microcosmo, isto é, um universo em redução.” (O parêntese é nosso)

<sup>2</sup> *Idem. Ibidem*: “Composto de um corpo e de uma alma racional, ele serve de traço-de-união entre o mundo dos corpos e o dos espíritos.”

<sup>3</sup> *Idem. Ibidem*: “Esta unidade de ordem, que faz do conjunto das coisas um todo digno desse nome, é, de resto, a prova mais manifesta da existência de Deus.”

tornar-se-á semelhante aos animais.<sup>4</sup> Destarte, é fundamental, para estabelecer os critérios éticos que deve seguir, que o homem conheça a si mesmo tal como é.<sup>5</sup> Ora, os platônicos dizem que *a alma é uma substância completa que se serve de um corpo*; Aristóteles e Dinarco, ao contrário, definem a alma como *o ato de um corpo que possui a vida em potência*. Nemésio opta pela definição de alma dada por Platão, notadamente pelas consequências éticas que tal definição acarretará. Para ele, o homem não é uma alma e um corpo, mas *uma alma que se serve de um corpo*. Sendo assim, o homem deve abraçar os bens da alma e desprezar os do corpo, sob pena de se igualar aos animais.<sup>6</sup>

Entretanto, surge aqui um problema que Nemésio não se esquivava de resolver: como a alma, sendo uma substância completa, poderá unir-se a um corpo e com ele formar uma unidade? Se, como diz Platão, a alma se serve do corpo como de uma roupa, e, sendo que a roupa não faz parte do corpo que a ela se une, como podemos dizer que existe uma unidade entre corpo e alma?<sup>7</sup> Nosso filósofo resolve esta difícil questão, dizendo que os inteligíveis, diferentemente dos sensíveis, são capazes de se unirem a quaisquer coisas aptas para acolhê-los, sem que a elas se misturem.<sup>8</sup> Com efeito, nas uniões sensíveis, sempre ocorrem mistura e confusão. Assim, o alimento ingerido se transforma no sangue de quem o ingere. Porém, os inteligíveis: ou existem em si mesmos ou deixam de existir.<sup>9</sup> Desta feita, se, por um lado, sabemos que a alma está unida ao corpo pelo fato de ela perceber as modificações deste corpo<sup>10</sup>, por outro, sabemos também que a alma não se confunde com o corpo, porque pode subsistir sem ele, por exemplo, durante o sono ou um êxtase. Finalmente,

---

<sup>4</sup> *Idem. Ibidem*: “A posição intermediária que o homem ocupa entre a ordem dos corpos e a ordem dos espíritos define o problema de seu destino: ele se tornará semelhante a Deus ou se degradará, pelo simples fato de que se voltará para os bens espirituais ou para os bens do corpo.”

<sup>5</sup> *Idem. Ibidem*: “Conforme seja justa ou falsa, nossa concepção da natureza humana e da alma por exercer, pois, uma influência benéfica ou funesta em nossa vida. De fato, tudo depende aqui da idéia que teremos da alma (...)”.

<sup>6</sup> NEMÉSIO. *De Natura Hominis*. In: GILSON, Etienne. *A Filosofia Na Idade Média*. Trad. Eduardo Brandão. Rev. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 74 e 75: “Platão diz que o homem não é sua alma e seu corpo, mas uma alma que se serve de tal corpo. Desse ponto de vista, ele conheceu melhor que Aristóteles o que concerne ao homem e nos orienta, por isso, para o estudo apenas da alma e de sua divindade. Assim, assegurados de sermos nós mesmos almas, amaremos e buscaremos tão-somente os bens da alma, isto é, as virtudes e a felicidade; e não amaremos os desejos do corpo, pois que não são os do homem, mas principalmente do animal, e do homem apenas por via de consequência, pois o homem também é um animal.”

<sup>7</sup> *Idem. Ibidem*. p. 76: “Platão não quer que o animal seja feito de uma alma e de um corpo, mas que seja uma alma que usa de um corpo, por assim dizer, como se fosse uma roupa. No entanto, há nisso um inconveniente: como a alma pode constituir uma só coisa com seu corpo? (...) a roupa não é um só com quem a veste.”

<sup>8</sup> GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 76: “Os inteligíveis são de tal natureza, que podem se unir aos corpos capazes de recebê-los e, apesar disso, permanecerem distintos deles (...)”.

<sup>9</sup> *Idem. Ibidem*: “(...) uma substância inteligível só pode subsistir como tal ou cessar de existir.”

<sup>10</sup> *Idem. Ibidem*: “Sabemos que ela (a alma) é unida a ele (o corpo), pois percebe as suas modificações (...)”. (Os parênteses são nossos).

ela pode existir sem o corpo, porque é imortal.<sup>11</sup> Desta sorte, pode-se concluir que a alma se une ao corpo tal qual um inteligível, ou seja, sem se misturar com ele e sem alterar-se.<sup>12</sup>

Passemos à análise de Nemésio no que concerne às faculdades da alma.

## 2. As faculdades da alma

Agora bem, a alma possui três faculdades: a imaginação, o intelecto e a memória. A imaginação (*imaginativa*) é uma faculdade irracional, movida pelo imaginável.<sup>13</sup> O imaginável (*phantaston*), por sua vez, é o que cai sob a apreensão da imaginação.<sup>14</sup> Ora, se a imaginação gera uma imagem que não corresponda a nenhum objeto exterior, isto é, a nenhum imaginável, chamamos esta imagem de fantasma (*phantasma*).<sup>15</sup> A memória é a faculdade que conserva a lembrança desta imagem, podendo desta feita reproduzi-la.<sup>16</sup> Sendo assim, quando a lembrança está como que apagada, e a memória consegue ainda recuperá-la, acontece o fenômeno da reminiscência (*rememoratio*).<sup>17</sup> Destarte, a reminiscência é todo aquele conhecimento que, procedente dos imagináveis ou conatural ao intelecto, é trazido à tona pela memória.<sup>18</sup> Podem ocorrer ainda reminiscências de conhecimentos universalmente evidentes – conaturais ao intelecto –, isto é, reminiscências de ideias (*rememoratio ideae*), tal como Platão as entendia. Importa dizer que a alma possui uma *parte racional* e uma *parte irracional*.

Isto não significa, no entanto, que ela se encontre dividida em várias almas. Sendo a alma humana racional, ela não possui um intelecto, mas é o próprio intelecto<sup>19</sup> que desenvolve

<sup>11</sup> *Idem. Ibidem*: “É-nos igualmente garantido que ela (a alma) não se confunde com ele (o corpo), já que pode tornar-se independente dele durante o sono ou o êxtase e já que, aliás, é imortal.” (Os parênteses são nossos).

<sup>12</sup> *Idem. Ibidem*. “Resta, pois, a alma se unir ao corpo à maneira das substâncias inteligíveis, isto é, sem se alterar.”

<sup>13</sup> *Idem. Ibidem*. p. 77: “A imaginação (*imaginativa*) é uma faculdade irracional, movida por algum imaginável.”

<sup>14</sup> *Idem. Ibidem*: “O imaginável (*phantaston, hoc imaginabile*) é o que cai sob o domínio da imaginação.”

<sup>15</sup> *Idem. Ibidem*: “Aliás, podem-se produzir imagens a que não corresponda nenhum objeto, isto é, nenhum imaginável; tal imagem se chama fantasma (*phantasma*).”

<sup>16</sup> *Idem. Ibidem*: “A memória é a faculdade de reter e reproduzir as lembranças.”

<sup>17</sup> *Idem. Ibidem*: “Sua reprodução depois de um período de esquecimento é a reminiscência (*rememoratio*).”

<sup>18</sup> *Idem. Ibidem*: “Pode-se também chamar assim (ou seja de reminiscência), com Platão, a descoberta de todo conhecimento conatural ao intelecto.” (O parêntese é nosso).

<sup>19</sup> *Idem. Ibidem* pp. 77 e 78: “Seguindo Aristóteles, Nemésio distingue na alma uma parte racional e uma parte irracional. (...) se o homem é, essencialmente, uma alma que se serve de um corpo, ela deve ser naturalmente dotada de conhecimento intelectual, em suma, a própria alma é intelecto. Pelo mesmo motivo, a parte irracional da alma não deve ser considerada uma alma à parte (...).”

todas as demais funções. A parte irracional da alma subdivide-se em duas outras: aquela que obedece à razão e aquela que não obedece à razão.<sup>20</sup> Ora, a parte irracional que obedece à razão, distingue-se ainda em duas: a apetitiva (*desiderabilis*) e a irascível (*iracibilis*). Esta parte se caracteriza também por ser a sede das paixões<sup>21</sup>, que são as modificações sofridas pelo corpo e perceptíveis à alma. Elas ocorrem quando o homem se encontra ante um bem ou diante de um mal iminente.<sup>22</sup> As paixões apetitivas consistem, sobretudo, nos prazeres e nas penas.<sup>23</sup> Nemésio, na linha de Epicuro, divide os prazeres em: *naturais e necessários*, *naturais e não necessários*, *nem naturais e nem necessários*.<sup>24</sup> Porém, acima das paixões do corpo, estão os *prazeres da alma*. Ora, melhor seria chamar estes últimos de *alegrias* e não de prazeres, pois a alegria é uma ação da alma, enquanto que o prazer indica apenas algo que a alma sofre por meio do corpo.<sup>25</sup> No que toca às penas, como a cólera (*iracibilis*) e os temores, são paixões estritamente *animalescas*.<sup>26</sup> Quanto à parte irracional da alma que não está submissa à razão, ela corresponde às faculdades nutritivas, geradoras e vitais.

Passemos às considerações de Nemésio acerca da natureza das ações humanas e do livre-arbítrio.

### 3. As ações humanas e o livre-arbítrio

Ora bem, quando toca na parte propriamente racional da alma, Nemésio começa a tratar das ações humanas. As ações humanas podem ser de duas ordens: *voluntárias* e *involuntárias*.<sup>27</sup> As involuntárias ocorrem ou por *ignorância* ou por *coação* de um agente exterior; as voluntárias, quando o princípio delas é o próprio sujeito, enquanto este possui um

---

<sup>20</sup> *Idem. Ibidem.* p. 78: “Ela (a parte irracional) compreende, por sua vez, duas partes, a que obedece e a que não obedece à razão.” (O parêntese é nosso).

<sup>21</sup> *Idem. Ibidem:* “A parte irracional que obedece à razão distingue-se em apetitiva (*desiderabilis*) e irascível (*iracibilis*). Ela é a sede das paixões.”

<sup>22</sup> *Idem. Ibidem:* “No sentido estrito, uma paixão é, pois, uma modificação perceptível do corpo, produzida pela presença de um bem ou de um mal.”

<sup>23</sup> *Idem. Ibidem:* “As paixões apetitivas fundamentais são os prazeres e as penas.”

<sup>24</sup> *Idem. Ibidem:* “Com Epicuro, Nemésio classifica os prazeres em naturais e necessários, naturais mas não necessários, nem naturais e nem necessários.”

<sup>25</sup> *Idem. Ibidem:* “Acima dessas paixões animais estão os prazeres puramente espirituais, mas dever-se-ia chamá-los antes de alegrias que de prazeres, porque um prazer é uma paixão, mas uma alegria é uma ação.”

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem:* “Quanto às penas e às afeições, como a cólera e o temor, trata-se apenas de paixões animais no sentido estrito do termo.”

<sup>27</sup> *Idem. Ibidem:* “(as ações) são classificadas em voluntárias e involuntárias (...).” (O parêntese é nosso).

conhecimento detalhado das circunstâncias.<sup>28</sup> Existem ainda as ações que fogem totalmente às determinações de voluntárias ou involuntárias, a saber: as nutritivas e de assimilação; chamamo-las, pois, de “não-voluntárias”, mas num sentido negativo.

Nemésio apresenta ainda uma estrutura do *ato voluntário*. A ação voluntária possui três níveis: a deliberação (*consilium*), o juízo (*judicium*) e a escolha (*praelectio*).<sup>29</sup> A deliberação (*consilium*) e o juízo (*judicium*) não se separam da escolha (*praelectio*). Na verdade, toda escolha supõe a deliberação de um desejo ou um desejo deliberado. Como há certa unidade entre alma e corpo, há também certa unidade entre estes três momentos do ato voluntário.<sup>30</sup> Contudo, é possível, abstratamente, distinguir em que consiste a deliberação. Esta se diferencia do desejo, enquanto este concerne à *escolha do fim*, e ela, na *escolha dos meios* mais qualificáveis para alcançar este fim.<sup>31</sup> E é aqui que o homem pode cair. De fato, se, por um lado, o homem não pode deixar de *desejar a felicidade*, por outro, pode errar quanto aos meios mais adequados para alcançá-la. Para que ele se equivoque basta que se volte ao sensível e prefira os prazeres corporais às alegrias espirituais. Em outras palavras, basta que ele veja nos prazeres sensíveis o seu fim último.

Ademais, a deliberação é a prova mais patente de que possuímos livre-arbítrio, pois quem delibera é senhor de suas ações e princípio de seus atos.<sup>32</sup> A verdade é que não precisamos ceder a todos os nossos desejos, como se estes fossem fins em si mesmos. O único desejo que não podemos negar é o desejo da felicidade; tudo mais são meios que podemos escolher ou não para alcançarmos este fim. E como é a razão que delibera na escolha destes meios, podemos dizer que a raiz na qual se fundamenta a liberdade humana é a razão.<sup>33</sup>

Agora bem, se o homem é a sua alma, se a sua alma é o intelecto, e se o seu livre-arbítrio se fundamenta na razão, então, o homem é naturalmente livre. Ele é capaz de ter o domínio sobre todas aquelas ações que lhe cabem enquanto homem.<sup>34</sup> Além disso, se o

<sup>28</sup> *Idem. Ibidem.* pp. 78 e 79: “Ao passo que o princípio do ato involuntário é exterior ao agente e costuma ser acompanhado por uma ignorância das circunstâncias do ato, o princípio do ato voluntário é interior ao agente e é acompanhado por um conhecimento detalhado de suas circunstâncias.”

<sup>29</sup> *Idem. Ibidem.* p.79: “Este (o *ato voluntário*) compreende três momentos: a deliberação da razão (*consilium*), o juízo (*judicium*) e, enfim, escolha (*praelectio*).” (O primeiro parêntese é nosso).

<sup>30</sup> *Idem. Ibidem.* “Essa escolha é ela própria um ato misto, em cuja composição entram ao mesmo tempo deliberação, juízo e desejo: não é nenhum desses elementos considerados separadamente, mas sua unidade, como o homem é a unidade de alma e corpo. Portanto, pode-se definir indiferentemente a escolha como uma deliberação que deseja ou um desejo deliberado.”

<sup>31</sup> *Idem. Ibidem.* “Esta deliberação não concerne ao fim, que é objeto do desejo, mas apenas aos meios de alcançá-lo.”

<sup>32</sup> *Idem. Ibidem.* “Ela (a deliberação) atesta a realidade do livre-arbítrio, já que um ser que delibera é, evidentemente, o princípio dos atos sobre os quais foi deliberado.” (O parêntese é nosso).

<sup>33</sup> *Idem. Ibidem.* “Ora, é a razão que delibera; ela é portanto a raiz da liberdade.”

homem é a sua alma, é evidente também que a sua felicidade não se encontra nas coisas sensíveis e, sim, nos bens espirituais. Deve então o homem escolher os bens sensíveis somente na medida em que estes são meios para a consecução das alegrias da alma. Sua razão – sendo a sua essência – deve ser o princípio regulador e a medida mesma de todos os seus atos voluntários.

Entretanto, ao mesmo tempo, é mister considerar que o homem é criado e pelo próprio fato de ser criado é mutável.<sup>35</sup> Ora, ser mutável é ser capaz de escolher coisas contrárias: o bem ou o mal.<sup>36</sup> Destarte, o pecado – que nada mais é do que a escolha do mal – é uma possibilidade inerente à própria natureza humana, visto ser ela mutável e capaz de escolher.<sup>37</sup> Disto se depreende que, culpar a Deus por ter criado o homem com livre-arbítrio, equivale a sugerir-lhe que não deveria tê-lo criado. Deveras, sem o livre-arbítrio não existiria o homem, pois o livre-arbítrio faz parte da natureza humana. O próprio fato de ser criado faz com que o homem seja mutável e, *ipso facto*, capaz de pecar.<sup>38</sup> No entanto, vale lembrar que, apesar de poder pecar por ser mutável, o homem é livre para escolher o bem; a sua razão possibilita-lhe escolher o objeto que deseja deliberadamente. De forma que, se o homem é o senhor dos seus atos, e os seus hábitos provêm de seus atos, segue-se que o homem é responsável pelos seus hábitos, sejam eles bons ou maus. Em síntese, podemos dizer que os nossos hábitos são facetas que constroem a nossa vida, e como é o homem que constrói os seus hábitos pelos seus atos, ele é responsável pela sua vida, isto é, capaz de responder por ela.<sup>39</sup>

Passemos às considerações finais deste trabalho.

---

<sup>34</sup> BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 112: “Do exposto se segue que o homem tem o domínio de tudo o que dele procede enquanto homem.”

<sup>35</sup> *Idem. Ibidem*. p. 113: “Por isso o homem é, por sua natureza, livre e mutável. E’ livre, graças à sua razão, e mutável, por ter vindo a ser.”

<sup>36</sup> *Idem. Ibidem*: “Essa mutabilidade se manifesta, entre outras coisas, na capacidade humana de escolher entre o bem e o mal (...)”.

<sup>37</sup> *Idem. Ibidem*: “A possibilidade de pecar é inerente à própria natureza humana.”

<sup>38</sup> *Idem. Ibidem*: “Por conseguinte, quem quisesse responsabilizar a Deus pelo pecado, por haver Ele criado o livre-arbítrio, daria provas de não haver compreendido o estado da questão. Com efeito, só havia duas possibilidades: ou Deus criaria uma natureza racional, e portanto necessariamente seria mutável e capaz de pecar, ou teria que abster-se de criá-la.”

<sup>39</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 79: “Ser mutável porque criado, mas capaz de escolher racionalmente os objetos de sua vontade, o homem é livre. Deus criou-o tal como ele podia e devia fazer, segundo sua natureza: seus atos dependem dele; seus hábitos, bons ou maus, dependem de seus atos; ele tem, pois, a responsabilidade por uma vida que depende finalmente dele.”

## Conclusão

Nemésio concebe o homem como um *microcosmo*, pois ele encerra em si a união do mundo sensível com o espiritual. A natureza humana enquanto tal, nosso filósofo a define como sendo *um intelecto que se serve de um corpo*. Ora, como os inteligíveis têm a peculiaridade de se unirem aos seres materiais, sem se alterarem ou se misturarem com eles, a alma une-se ao corpo sem misturar-se a ele. Temos, pois, que a alma tem uma parte irracional, que obedece à razão, e uma parte irracional, que não obedece a ela. A que obedece à razão, subdivide-se, por sua vez, em: *apetitiva* e *irascível*. Elas são as sedes das nossas paixões, que são *modificações sofridas pelo corpo e percebidas pela alma*. A mais forte delas é o *prazer*, cuja sede é a parte apetitiva. O prazer condizente aos bens espirituais recebe o nome de *alegria*. As paixões do irascível, como a cólera, são as mais animais. As da parte irracional que não se submete à razão, dizem respeito às funções vitais e geradoras. Dentro deste escopo, Nemésio divide ainda os atos humanos em: *involuntários*, que são aqueles oriundos da *ignorância* ou da *coerção* de algum agente exterior; *voluntários*, que são aqueles cujo *princípio* é o próprio *sujeito*, e os “não-voluntários”, que dizem respeito às funções nutritivas da alma. O Bispo de Emesa estuda, ademais, a estrutura do *ato humano voluntário* e o *livre-arbítrio*. Para ele, o ato humano voluntário constitui-se pela *escolha do fim*, pela *deliberação dos meios conducentes a este fim* e pelo *juízo* acerca deles. Estes momentos são em si mesmos indivisíveis; todavia, abstratamente, podemos notar que, embora a nossa escolha pelo fim seja sempre determinada pelo nosso indeclinável *desejo de felicidade*, as nossas deliberações acerca dos meios adequados à consecução da nossa felicidade, são definidas pelas nossas preferências, conforme colocamos a nossa felicidade nos bens sensíveis ou a depositamos nos bens espirituais. Por sermos livres no que concerne aos meios, possuímos livre-arbítrio sobre as nossas ações, tornando-nos, desta feita, responsáveis por elas.

## ***BIBLIOGRAFIA***

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa.** 7<sup>a</sup> ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 106 a 114.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média.** Trad. Eduardo Brandão. Rev. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 73 a 79.

NEMÉSIO. **De Natura Hominis.** In: GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média.** Trad. Eduardo Brandão. Rev. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.